



FOTO SÉRGIO SILVA

Direitos humanos e as periferias

Expansão das milícias coloca em xeque política institucional

Quais brasileiros são considerados humanos com direitos?

AGENDA DE LUTAS DEZEMBRO DE 2020

Direitos humanos e as periferias

FOTO SÉRGIO SILVA



Chega ao fim um ano bastante difícil no mundo todo. A pandemia de Covid-19 fez mais de 1,5 milhão de mortos em todo o mundo e cerca de 180 mil vítimas no Brasil. Países nos quais os governos agiram rápido conseguiram proteger um pouco mais sua população, o que não foi o caso do Brasil, onde a situação só não foi ainda mais dramática pela existência do Sistema Único de Saúde

(SUS), mas, mesmo assim, deixou nítidas as diferenças entre ricos e pobres no acesso à saúde.

Durante esse período de pandemia também tivemos outras pautas compartilhadas com boa parte do mundo: a violência policial contra negros e negras, emergindo em luta após o covarde assassinato de Geoge Floyd, nos Estados Unidos. No Brasil, seguimos lutando contra o genocídio da ju-

ventude negra e também pelo direito a uma vida sem violência (sexual, física, psicológica) para meninas e mulheres.

Todos esses temas, são exemplos de direitos humanos, que deveriam ser universais, somando-se ainda a outros, como o direito a moradia, a um trabalho digno, direito de votar e ser votado, direito a educação e a usufruir da cultura, direito de acesso à justiça e de não sofrer

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, LINDBERGH FARIAS, MÁRCIO JARDIM, VALTER POMAR

nenhum tipo de preconceito em virtude de cor, raça, gênero, religião ou opinião política.

Direitos esses sistematicamente negados para a população brasileira, especialmente nas periferias. Nos territórios longe dos grandes centros urbanos a ausência de direitos básicos se faz ainda mais presente. Para dar visibilidade a este tema, movimentos sociais utilizam o dia 10 de dezembro como o Dia Internacional dos Direitos Humanos, data em que a Assembleia Geral das Nações Unidas oficializou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nós, do Reconexão Periferias, compreendemos que a luta pelos Direitos Humanos nos territórios de comunidades, favelas e periferias do Brasil se faz urgente e ainda mais necessária diante de um governo que, além de não garantir direitos básicos a sua população, constrói uma narrativa que busca deslegitimar e criminalizar quem luta por igualdade, por justiça, por condições dignas de vida para todos e todas.

O governo Bolsonaro apresenta como projeto para o país a sistemática tentativa de retirada de direitos, mas não de todas as pessoas, e sim dos mais pobres, das mulheres, da população negra, quilombola, indígena e LGBTQI+. Nos somamos aos movimentos que resistem a este governo e que buscam abrir novos caminhos para voltarmos a celebrar vitórias.

Questionando as atuais possibilidades de vitórias eleitorais nas periferias, apresentamos o artigo de Huri Paz, que afirma que a expansão das milícias no Rio de Janeiro coloca em xeque a política institucional como forma de mudanças das realidades das periferias.

O perfil traz Milton Barbosa, histórico militante da luta antirracista e um dos fundadores do Movimento Negro unificado, em uma conversa com Isaías Dalle que lembra passagens da sua vida e da luta.

Na seção entrevista, a jurista, escritora e militante de direitos humanos Allyne Andrade e Silva,

jovem doutora em Direito, superintendente adjunta do Fundo Brasil e autora do livro “Direitos e Políticas Públicas Quilombolas” (Editora D’Plácido, 2020), repensa o que se condera ser uma pessoa, um ser humano. E também propõe refletir sobre quais brasileiros e brasileiras são tratados como tal, quem é autorizado a desfrutar desse status. A partir dessa reflexão, é possível começar a pensar em direitos humanos, o que significam, como defendê-los.

Alexandre Lima escreve sobre o nascimento do Movimento Negro Unificado, MNU, ocorrido durante o período da Ditadura Militar, o que desde lá, relaciona a luta da população negra com a luta por direitos humanos para todos e todas.

E é este o nosso desejo para o ano de 2021, que logo se inicia: que possamos garantir direitos humanos básicos a todos e todas, seria uma enorme conquista!

Boa leitura! ■

Podem as periferias votar?

HURI PAZ

HURI PAZ (AFRO/CEBRAP E NEGRA/UFF) É GRADUANDO EM SOCIOLOGIA PELA UFF, PESQUISA ASSASSINATOS DE POLÍTICOS NO RIO DE JANEIRO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DESIGUALDADES RACIAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.

A expansão das milícias no Rio de Janeiro em territórios periféricos coloca em xeque a política institucional como forma de mudança das realidades das periferias.

De norte a sul do país, ONGs e movimentos sociais são uníssonos em afirmar que estamos vivendo um período de ataques sistemáticos a direitos humanos, de territórios e de liberdades democráticas que estávamos construindo desde 1988, com o estabelecimento da atual Constituição Federal e o fim da ditadura militar. Seja em atitudes concretas, como a nomeação de pessoas que possuem o objetivo de dissolver instituições históricas, como Sérgio Camargo, na Fundação Palmares, ou atitudes simbólicas, como a do vice-presidente Hamilton

Mourão, que afirmou não existir racismo no país. O que não faltam são exemplos para demonstrar o retrocesso que estamos vivendo em direitos humanos, liberdades democráticas e combate às desigualdades sociais.

O assassinato de Marielle Franco, vereadora carioca do Psol, em 14 de março de 2018, expôs para todo o país que a política não é um lugar seguro para pessoas pretas, pardas e periféricas, que têm como pauta o enfrentamento ao racismo e às desigualdades sociais. Marielle, que cresceu nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, foi uma das vereadoras mais votadas da cidade e com um dos menores orçamentos de campanha. Sua trajetória política foi baseada em denúncias sistemáticas de violações de direitos humanos e propostas que visavam diminuir

as desigualdades sociais na cidade do Rio de Janeiro, entre o morro e o asfalto, entre brancos e pretos e pardos. Uma de suas denúncias, em 2018, era a da construção irregular de prédios no bairro da Muzema, que um ano depois, em abril de 2019, desabaram, com a morte de 24 pessoas. Seus últimos esforços políticos foram denunciar a atuação de milicianos na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, o que as investigações apontam como a motivação para o seu assassinato.

A expansão de milícias nas periferias do Rio de Janeiro não é algo novo. Desde o início dos anos 2000, defensores de direitos humanos vêm apontando para os seus riscos aos processos democráticos. Esses grupos são comandados, em sua maioria, por militares que cobram taxas de segurança de moradores e comerciantes, exploram

ligações ilegais de televisão a cabo, energia, água, e, mais recentemente, de construções irregulares, grilagem de terras e até mesmo tráfico de drogas. A cada dois anos, com as eleições, esses grupos lançam candidatos próprios ou fazem acordos com políticos, constringendo os moradores das áreas em que controlam a votar nesses candidatos ou impedindo que outros candidatos acessem esses territórios e façam campanhas. O assassinato de políticos também é uma ferramenta utilizada por esses grupos. De acordo com uma pesquisa minha realizada entre 1988 e 2019, oitenta políticos foram assassinados no estado do Rio de Janeiro, concentrados em municípios periféricos, na Baixada Fluminense. Diante desse quadro de violência política, lideranças de suas próprias periferias podem ser impedidas de realizarem campanha em seus territórios. A capacidade que os movimentos de periferias têm em denunciar essas violações é pouca, já que muitos milicianos fazem parte da

estrutura ativa do aparato de segurança pública do Estado, o que pode colocar suas próprias vidas em risco. Nas eleições de 2020, pelos menos trinta candidatos concorreram a prefeituras e câmaras de vereadores nessas eleições com algum tipo de suspeita de envolvimento com o crime organizado, segundo identificou um levantamento do jornal *O Globo*. Destes, sete conseguiram se eleger e outros doze conseguiram votos suficientes para ficar na lista de suplentes de suas bancadas, mesmo sendo suspeitos de integrarem facções do tráfico, milícias e grupos de extermínio. Esses dados vão ao encontro de um estudo que constatou o domínio de milícias em 57,5% do território da cidade do Rio de Janeiro, fazendo com que estejam sob o seu domínio 3,7 milhões de pessoas, o que equivale a 57,1% da população total da cidade. Esse estudo foi desenvolvido pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (Geni/UFF).

Diante deste quadro de grave violência política,



FOTO: FERNANDO FRAZÃO
AGÊNCIA BRASIL

eleitores exercem seu voto sob a guarda de fuzis e são constringidos a votar nos candidatos apontados pela milícia, sob pena de represálias e assassinato caso estes candidatos não sejam eleitos. Temos uma grave violação do artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trata da liberdade de escolha de seus próprios representantes. É necessário o desenvolvimento de políticas públicas que possam combater o cerceamento do direito ao voto das periferias, ação indispensável para uma participação democrática plena dos territórios periféricos e para a pavimentação de caminhos para uma política mais diversa em gênero, raça e origem social. ■

O Direito é racista? “Algumas são pessoas. Outras, apenas corpos”

POR ISAÍAS DALLE



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Antes de tudo, é preciso repensar o que consideramos ser uma pessoa, um ser humano. Refletir sobre quais brasileiros e brasileiras e moradores do nosso território são tratados como tal, quem é autorizado a desfrutar desse status. A partir dessa reflexão, é possível começar a pensar em direitos humanos, o que significam, como defendê-los.

Tentar escapar desse ponto de partida, por considerá-lo óbvio ou inexistente, interrompe o necessário processo de formação de uma corrente que recoloca os

A tarefa de confrontar a consciência nacional, tanto no plano coletivo quanto no individual, é uma proposta da jurista, escritora e militante de direitos humanos Allyne Andrade e Silva. Jovem doutora em Direito, superintendente adjunta do Fundo Brasil e autora do livro "Direitos e Políticas Públicas Quilombolas".

direitos humanos como um objetivo a ser alcançado pela sociedade. Afinal, no Brasil bolsonarista, o debate tem sido rebaixado. Se, antes, a discussão se dava em torno do que seriam direitos humanos, hoje espalha-se a negação dos próprios direitos.

A tarefa de confrontar a consciência nacional, tanto no plano coletivo quanto no individual, é uma proposta da jurista, escritora e militante de direitos humanos Allyne Andrade e Silva. Jovem doutora em Direito, superintendente adjunta do Fundo Brasil e autora do livro *Direitos e Polí-*

ticas Públicas Quilombolas (Editora D'Plácido, 2020), ela concedeu esta entrevista para a edição de dezembro da *Revista Reconexão Periferias*.

“O país naturalizou a violência de tal modo que a gente não parou com a morte do João Alberto, nem com a morte da Emily e da Rebecca, não parou com a morte da Ágatha. Estamos falando de crianças mortas dentro de casa. As pessoas seguiram suas vidas”

Parte significativa desse problema nasce e se reflete no Direito, que, sob uma pretensão de neutralidade, exclui o componente racial de sua teoria e de sua prática. “O Direito usa um tipo de racionalidade que vai dizer que os juristas, tanto aqueles que vão escrever a legislação quanto aqueles que a aplicam, são frequentemente isentados de qualquer responsabilidade na desigualdade racial brasileira”, critica.

Acompanhe os principais trechos da conversa:

Em sua tese de doutorado, intitulada “Uma Teoria Crítica Racial do Direito Brasileiro”, a inquietação que você manifesta parece ter nascido durante as aulas na universidade. Você deve ter notado a ausência da questão racial na análise do Direito. É isso mesmo?

A minha tese de doutorado surge de duas coisas. Em primeiro lugar, eu entrei na universidade sendo parte do movimento negro. Eu entrei no

movimento negro ainda jovem, no final do ensino médio, com o movimento de cursos pré-vestibular comunitários. E, ao longo do meu desenvolvimento na faculdade, eu fui fazendo parte de formações no movimento negro – relações raciais, racismo, gênero, sobre dados de desigualdade. Eu tinha todo esse conhecimento advindo de educação popular, da preocupação do movimento negro em formar a juventude, que não tinha nenhuma relação com nada na faculdade. Eu fui estudante cotista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), eu entrei na segunda turma de ações afirmativas com cotas raciais, em 2004. Eu tive um único professor negro ao longo da universidade, ele dava aula de processo penal e não tinha muita relação com as relações raciais. Nem sequer aula sobre ações afirmativas constitucionais eu tive – tive uma aula só na faculdade inteira. A faculdade não discutia por exemplo Lei Maria da Penha. Não discutia muito bem os

efeitos da lei de drogas. Eu ficava sabendo fora da faculdade. E o doutorado foi um desejo de trazer esse conhecimento que eu aprendi junto com os movimentos negros e com os teóricos – especialmente das ciências sociais, que eu lia muito, especialmente as feministas negras – para o campo do Direito.

Outra coisa que chama a atenção na introdução da sua tese é que você diz que o Direito brasileiro costuma tratar as questões como se fossem neutras, e que neste cenário os juristas são sempre “os mocinhos da história”, expressão sua. Você acha que depois de episódios como a Lava Jato, a ida do Moro para assessorar uma empresa que ele ajudou a interromper os contratos e os negócios, essa imagem de bom mocismo cai por terra?

A crítica da minha tese é que o Direito usa um tipo de racionalidade que vai dizer que os juristas, tanto aqueles que vão escrever a legislação quanto aqueles

que a aplicam, são frequentemente isentados de qualquer responsabilidade na desigualdade racial brasileira. Então, normalmente quando a gente vai aprender o Direito, aprende muitas teses sobre igualdade e liberdade, uma defesa apaixonada da Constituição, dos direitos civis, desde a Independência passando pelo abolicionismo, pelos diversos regimes autoritários que a gente teve no Brasil, passando pela volta da democracia e chegando até o combate à corrupção e já ao impeachment em 2016 e à Lava Jato. Quando se fala da História do Brasil, nunca se fala da responsabilidade dos juristas em legitimar uma série de abusos que se fazem no âmbito da política, mas que precisam de uma legitimação do sistema jurídico para tal. O campo da crítica jurídica do qual que faço parte vai sempre dizer da necessidade da análise histórica para entender a conjuntura atual. Não aparta o Direito da política, não aparta o Direito da História, que

é a tentativa do Direito hegemônico. A gente teve diversas leis no período da escravatura, por exemplo, a Lei do Ventre Livre, dos Sexagenários, da abolição do tráfico de escravos, mas tivemos um corpo de juristas que fez essas leis para atrasar o relógio da história. Já se sabia que não era possível permanecer com um sistema de tamanha crueldade e o Direito ficou ali, criando liberdade em pequenas doses. Mas não se preocupou, por exemplo, em criar nenhuma reparação, em pensar como essas pessoas escravizadas seriam inseridas no mercado de trabalho e na sociedade. Era um outro momento, um outro sistema jurídico, obviamente, mas já havia outros países pensando em como inserir essa massa na sociedade. Dando um salto gigante para o período recente: no processo do impeachment da presidenta Dilma, que teve, sim, sustentação jurídica, seguiu-se um rito jurídico. Tanto a legitimação pelo rito jurídico quanto pela OAB e pelo

Supremo Tribunal Federal deu legitimidade jurídica para aquele processo, que foi um processo político, que algumas pessoas – e eu faço parte deste grupo – vão chamar de

O campo da crítica jurídica do qual que faço parte vai sempre dizer da necessidade da análise histórica para entender a conjuntura atual. Não aparta o Direito da política, não aparta o Direito da História, que é a tentativa do Direito hegemônico. A gente teve diversas leis no período da escravatura, por exemplo, a Lei do Ventre Livre, dos Sexagenários, da abolição do tráfico de escravos, mas tivemos um corpo de juristas que fez essas leis para atrasar o relógio da história.

golpe. Aquela justificativa das pedaladas não daria azo para derrubar uma presidenta eleita democraticamente. Tanto o golpe quanto a Lava Jato precisam ser entendidos nesse contexto de superpoderes do Direito: que legitimidade democrática têm as instituições de Justiça? Como se faz para chegar a ser cotado para ser ministro do Supremo Tribunal Federal? Não temos um processo transparente, em que as pessoas enviem seus currículos, um processo público, em que a população faça uma sabatina dos candidatos. Que você tenha o controle social de um órgão que tem tanto poder sobre a determinação da vida política do país. O Supremo é aquele, como a gente aprende no Direito, que vai errar por último. E nós estamos concentrando muito poder num grupo muito pequeno de pessoas que faz parte de uma elite jurídica. É preciso denunciar esse encastelamento das cortes supremas no Brasil, não só no STF. Quanto à Lava Jato: eu não acredito

hoje ainda que esse bom mocismo do Judiciário caia por terra. Eu costumo brincar: não há nada mais parecido com um corrupto quanto alguém que está combatendo a corrupção. Se o sistema judiciário é cada vez mais protagonista, ele não pode continuar se isentando dos resultados. A Lava Jato começa como operação policial, transforma-se num processo e depois num grupo político. E depois o Judiciário vai julgar os efeitos disso, vai modular. Com que isenção, uma vez que fez parte disso? Não só pela Lava Jato, mas pela legitimação que o Supremo Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal deram a tudo o que aconteceu.

Eu penso no poder Judiciário como algo semelhante à polícia: a gente sabe que há problemas que precisam ser denunciados, temos de combater certas práticas. Ao mesmo tempo, são poderes que podem nos prejudicar violentamente caso se sintam ofendidos. É uma

situação difícil, não?

São coisas parecidas, mas um pouco diferentes. A polícia é o braço armado do Estado, aquele que aperta o gatilho. E a gente tem todo um sistema que corrobora para que isso aconteça. Por exemplo, temos o Legislativo e o Ministério da Justiça passando um pacote anticrime que é uma carta branca para matar. Um Ministério Público não fazendo o controle externo da polícia. O Judiciário também, quando não investiga os abusos policiais – temos uma taxa de 90% de inquéritos de homicídios policiais que são arquivados. Mas obviamente que o Judiciário é responsável também por progressos. Temos progressos, por exemplo, na constitucionalidade das ações afirmativas, da demarcação dos territórios quilombolas, na constitucionalidade da união civil homoafetiva, então não é que o Judiciário seja sempre o vilão.

Eu acho que a gente tem de denunciar. Uma coisa que o movimento negro

me fez entender é que a gente sempre vai ser vítima, independente da denúncia ou não, desse braço do Estado que é a polícia. E se eu não denuncio o Judiciário, e só exalto o que ele faz de bem – e eu reconheço isso e escrevo sobre isso também – eu não crio armas para que a população questione esse lugar de legitimidade. A não-denúncia não acalma o Judiciário. A gente é alvo sempre. A gente tem de disputar o espaço no Judiciário. A polícia eu acho que tem de acabar, de verdade, mas o sistema de Justiça precisa ser disputado.

A gente está num momento tão complicado do país que, por exemplo, o Supremo tem sido alvo de uma crítica com a qual eu não concordo. A minha crítica é sobre a legitimidade dos processos, da transparência. Mas não é uma crítica como a que a direita tem feito: vamos implodir o Judiciário e quase que aprovar uma ditadura do Executivo. Não é disso que estou

falando.

O objeto principal de nossa entrevista são os direitos humanos, e você já tocou em alguns pontos importantes. A sua tese fala em como a demarcação das terras quilombolas e a política pública voltada a isso conseguiram se alicerçar dentro do universo jurídico. Isso me lembra um episódio recente: o presidente da República revoga portarias que regulamentam a política de saúde mental no SUS, em um gesto que deve ter durado menos de uma hora, com uma facilidade imensa. Houve alguma falha na elaboração da regulamentação que sustenta essa política?

Esse é um problema das políticas públicas no Brasil, em geral. Nós temos uma base jurídica que vai dar base e sustentação a essas políticas. Tudo isso tem amparo na Constituição. Só que, pelo fazer da política, essas políticas vão ser estruturadas em portarias, em decretos, para dizer o que cada ministério vai fazer. O presidente

da República tem usado do poder da caneta para, mantendo as instituições, desfazer seus objetivos constitucionais. O que a gente percebe é como é frágil esse sistema. O sistema legal não dá conta de obrigar politicamente que o governo cumpra seus objetivos. O governo não tem um plano para a pandemia, não tem um plano para quilombolas, não tem um plano para presídios. Isso são apenas demonstrações do horror a que estamos submetidos neste momento.

Você falava em direitos humanos. É um desrespeito absoluto pelos direitos humanos. Acho que este momento apresenta uma novidade pra nós. O Achille Mbembe fala do fim da era do humanismo. Antes, a gente tinha uma discussão entre a direita e a esquerda sobre o que era cumprir direitos humanos. São direitos sociais, são direitos políticos? Estamos falando de liberdade e direito à propriedade? Acesso à cultura? Educação e saúde? Os outros recursos

nós vamos discutir por mérito? Ninguém estava discutindo a legitimidade da existência dos direitos humanos. Essa análise é sempre complexa, porque temos alguns sujeitos – sujeitos subalternizados, racializados, sujeitos colonizados – que sempre sofreram por parte do Estado essa política de terror. É isso que o Achille Mbembe está falando quando ele diz de necropolítica, de política de inimizade. Essas pessoas que são inimigas do Estado. No Brasil, indígenas,

negros, povos e comunidades tradicionais, LGBT, o Estado o tempo todo trabalha para a morte dessas pessoas. Hoje, o que a gente está vendo neste governo, é que as pessoas estão criticando a própria existência de direitos, em si. Essa coisa de direitos humanos para humanos direitos, bandido bom é bandido morto...

Você fala de pessoas que eram classificadas como inimigas do Estado. Vivemos hoje uma situação ainda mais

perversa. Hoje o vizinho é inimigo. Eles estão conseguindo colocar as pessoas umas contra as outras. Esse governo consegue captar uma noção falsa de que não existem diferenças sociais, não existem diferenças raciais. O que existem são pessoas boas, honestas, e outras que não. Essa noção é alimentada também em como compreender a noção de direitos humanos. Ainda persiste aquela ideia de que direitos humanos é apenas defender quem



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

cometeu um crime. Como mudar esse estado de coisas?

Olha, eu tenho propostas. A educação em direitos humanos é algo que deveria ser obrigatório nas escolas. Não dá pra diminuir a complexidade do que é o conceito de direitos humanos. Primeiro a gente precisa discutir o que significa ser uma pessoa. A sociedade ainda não fez essa discussão de forma honesta e amplificada. A gente vê que algumas pessoas têm status de

Eu sou uma advogada de direitos humanos. Quando comecei a atender, eu recebia muitas ligações de pessoas que não entendiam a sentença que estavam sofrendo. Mães e companheiras tentando entender a sentença de seus filhos, seus maridos, de alguém da comunidade.

pessoa, outras não, outras são corpos, corpos empilháveis, corpos matáveis, corpos não-cuidáveis, com as quais as pessoas não conseguem nem se solidarizar. O país naturalizou a violência de tal modo que a gente não parou com a morte do João Alberto, nem com a morte da Emily e da Rebecca, não parou com a morte da Ágatha. Estamos falando de crianças mortas dentro de casa. As pessoas seguiram suas vidas. A educação em direitos humanos é um pilar, educação pensando raça, gênero, orientação sexual, classe, pensando migração. O que os brasileiros estão fazendo hoje com os venezuelanos e haitianos que aqui chegam é um escândalo.

Eu acredito também que há um papel dos juristas de simplificar a linguagem dos direitos humanos. Direito é linguagem. Grande parte do trabalho dos juristas é construir uma linguagem, todo um rito para que aquilo seja aceito como um processo. E muitas vezes nessa cons-

trução, a gente se afasta da população.

Eu sou uma advogada de direitos humanos. Quando comecei a atender, eu recebia muitas ligações de pessoas que não entendiam a sentença que estavam sofrendo. Mães e companheiras tentando entender a sentença de seus filhos, seus maridos, de alguém da comunidade. E até mesmo me ligavam pra saber como fazer uma carteirinha para poder ir visitar alguém na prisão, dada a complexidade do sistema de Justiça. A gente precisa construir uma linguagem comum. A defesa do Direito é a defesa de uma gramática, para que as pessoas comecem a entender e a aplicar no seu dia a dia.

Eu acho que a Lei Maria da Penha é uma lei que entrou no léxico do brasileiro. Tem até funk com mulher dizendo que 'se você me agredir eu vou colocar você na Maria da Penha'. O que pra mim é ótimo, porque a população entendeu o que aquilo significa. A

gente precisa simplificar a linguagem. Eu acho que o campo progressista se perdeu, a gente não sabe fazer essa comunicação de massa. A extrema direita sabe usar uma linguagem que está sendo entendida.

E é importante dizer: nós defendemos direitos humanos para todas as pessoas. Inclusive para as pessoas que cometeram crime. Faz parte de nossa missão discutir o cárcere, a desumanidade do cárcere. Eu tenho dito por aí que os direitos humanos são uma crença radical no ser humano, mesmo. A gente não quer perder ninguém de vista. Deixar pessoas definirem num cárcere, sob custódia do Estado, diz mais sobre nós do que sobre as pessoas presas. A sociedade que admite isso é a mesma sociedade que admite a morte de crianças.

Allyne, conte um pouco como é o seu trabalho no Fundo Brasil.

O Fundo Brasil é uma organização de direitos humanos que vai fazer

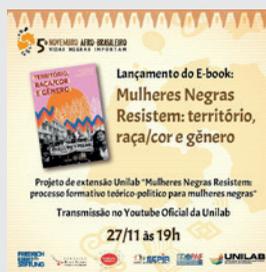
15 anos em 2021. Ela nasceu da vontade dos movimentos sociais de uma fundação que fizesse uma filantropia de justiça social. Uma filantropia que estivesse preocupada em apoiar movimentos sociais preocupados em afirmar sua humanidade de maneira coletiva. Então estamos falando de apoiar quilombos, favelas, formação de lideranças em processos eleitorais, de apoiar pessoas nos campos, nas florestas, nas ruas, travando uma luta pela emancipação. É uma luta anticapitalista e antineoliberal. Uma luta contra a supremacia branca, hetero, cis, patriarcal, para permitir que as pessoas vivam suas possibilidades. Os movimentos sociais queriam uma fundação que não interferisse no agir desses movimentos. O Fundo Brasil faz editais públicos e os movimentos enviam suas propostas. E temos um comitê de seleção externa, formado por membros de movimentos sociais. Não é a equipe do Fundo Brasil que escolhe os projetos que

vão ser apoiados. Qual era o entendimento dos movimentos sociais à época, e que continua sendo? Que era preciso uma fundação que apoiasse movimentos em sua luta que muitas vezes acontece contra o Estado brasileiro. Não são organizações que atuam como um braço do Estado, onde ele não atuou. Pelo contrário. Muitas vezes é contra o Estado, porque foi ele que violou o Direito.

Estamos interessadas na sustentabilidade dos movimentos a longo prazo. Isso é importante: a conectividade dos movimentos com os territórios e as pessoas para os quais estão propondo soluções. Outra preocupação é distribuir recursos para lugares que normalmente não são olhados. Todo ano lançamos o edital geral (o de 2021 foi lançado em 11 de dezembro), além de editais específicos que vão surgindo a partir do que o campo nos aponta. ■

Chamada Pública Reconexão Periferias

No primeiro semestre de 2020 realizamos um edital de Chamada Pública para organizações e coletivos que fazem parte da rede Reconexão Periferias, 28 entidades foram contempladas. As atividades fruto da Chamada Pública Reconexão Periferias, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert-Stiftung, acontecerão até 2021. Veja alguns materiais de divulgação das primeiras atividades realizadas durante os meses de novembro e dezembro.



Uma alvorada do povo negro na noite dos generais: o nascimento do MNU

ALEXANDRE PERES DE LIMA



FOTO: ROVENA ROSA AGÊNCIA BRASIL

O atual Movimento Negro Unificado – MNU, nasceu a partir da fundação e depois o lançamento em praça pública do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no ano de 1978, na vigência da ditadura militar. Episódio que foi um marco de enorme relevância para o povo negro brasileiro. E o nascimento do MNUCDR aconteceu no contexto da emergência das novas formas de organização social brasileiras, em diferentes

setores, mobilizadas por uma mudança de regime. No entanto, sob promessas de abertura, o modus operandi e a política de exceção da Ditadura, mantiveram muitas de suas práticas intactas. As pautas do MNUCDR faziam do movimento uma potencial organização de oposição ao regime, e o corpo (negro) de militantes e suas lideranças enfrentavam todo tipo de ação persecutória dos aparelhos policiais.

O ato de lançamento MNUCDR nas escada-

Estratégia do movimento foi construir uma resposta política, social e histórica, pois a violência contra o povo negro brasileiro não era uma particularidade daquele período, e sim mais um capítulo

rias do Teatro Municipal de São Paulo, em 7 de julho de 1978, apresentou em sua “Carta Aberta à População” três pautas básicas: 1) a denúncia da discriminação racial contra pessoas negras em espaços de acesso público; 2) a violência policial exercida contra trabalhadores negros; 3) as condições socioeconômicas degradantes de trabalhadores e trabalhadoras negras em todo o país.

Por em marcha este conjunto de denúncias não passou despercebido

ALEXANDRE PERES DE LIMA É NEGRO, NATURAL DE PORTO ALEGRE. ANTROPÓLOGO E CIENTISTA SOCIAL. DOUTORANDO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

pelos militares. O regime começou a movimentar seus aparelhos. Relatórios foram produzidos pelas agências policiais, por meio de investigações secretas, identificando lideranças, plantando informantes em reuniões do MNUDCR. Os relatórios detalhavam as reuniões com fotos e nomes. As lideranças eram convocadas compulsoriamente a prestarem depoimentos na Polícia Federal (KOSSILING, 2007).

A atuação persecutória tinha a intenção de intimidar os militantes e lideranças do MNUDCR. O movimento era consciente do desafio de enfrentar a Ditadura.

A estratégia foi construir uma resposta ao mesmo tempo política, social e histórica. A violência contra o povo negro brasileiro não era uma particularidade ou especificidade deste período do país. A violência ditatorial era mais um capítulo de um conjunto histórico de práticas socioculturais de violências contra os povos negros trasladados

de África para os regimes escravocratas das Américas. E tais práticas são gestos de uma intenção genocida. Este argumento molda toda a obra de Abdias Nascimento, “O genocídio do negro brasileiro”, onde também, registra o lançamento do MNUDCR em 1978, e a “Carta Aberta a População” (NASCIMENTO, 2017).

Este argumento foi utilizado em 1979, no 1º Congresso Nacional pela Anistia, com a participação do MNUDCR, defendendo a tese “O Papel do Aparato do Estado no Processo de Dominação do Negro e da Anistia”. No documento, a tese do MNUDCR apresenta denúncias que demarcam não apenas aquele período de violência institucional, e sim como resultado de um processo de longa duração: violência policial física e psicológica contra a pessoa negra; toda e qualquer pessoa negra é tratada suspeita ou como “criminoso em potencial”; averiguações policiais sem motivos nas periferias; o sistema

carcerário como um depósito de rejeitos sociais; superpopulação carcerária. E, por fim, a reivindicação pelo direito a liberdade do povo negro se organizar politicamente (MOURA, 1983).

O repúdio à violência contra a população negra está, 40 anos depois, novamente no centro da agenda dos diferentes movimentos negros brasileiros. O MNUDCR foi a primeira expressão do movimento negro contemporâneo do Brasil atuando num contexto de extrema violência institucional, construiu uma pauta concreta de reivindicações, abrindo um enfretamento à ditadura e sofrendo as consequências persecutórias. O Movimento Negro Unificado resistiu, e foi o princípio de uma alvorada do povo negro brasileiro na longa noite dos generais. ■

'Com certeza, vamos avançar. A direita precisa ser derrotada'

POR ISAÍAS DALLE

Aos 72 anos, com sua risada farta, Milton Barbosa, histórico militante da luta antirracista e um dos fundadores do Movimento Negro Unificado, está otimista. Nesta conversa, ele lembra passagens da sua vida e da luta.

Milton, conta um pouco como foi a sua infância. Como era o Milton criança, adolescente, o que ele fazia, o que ele gostava?

Eu vim de Ribeirão Preto com três anos de idade, eu, minha mãe e minha irmã. Minha mãe que sempre cuidou de nós. Já com seis anos eu entrei numa escolinha particular, da dona Ana Rita Santana, professora negra, de uma família de músicos, ela tocava piano, tinha as irmãs que tocavam piano, cantavam, um irmão tocava violino. Fui criado nessa escolinha com essa professora. Inclusive houve um período em que a gente mudou para um

porão que havia embaixo da escola. A gente tinha muita intimidade e ela gostava muito dos alunos negros que ela tinha.

Isso foi em São Paulo?

Na Bela Vista, no Bixiga. E ela tinha uns alunos brancos, classe média. Depois eu fui ver que a escola tinha alunos de famílias de nome, umas figuras ilustres. Ela era muito respeitada e adorava os alunos negrinhos dela. Éramos como filhos pra ela.

Depois você foi fazer Economia na USP. Como foi essa passagem do aprendizado de música pra Economia?

Música não era a minha,

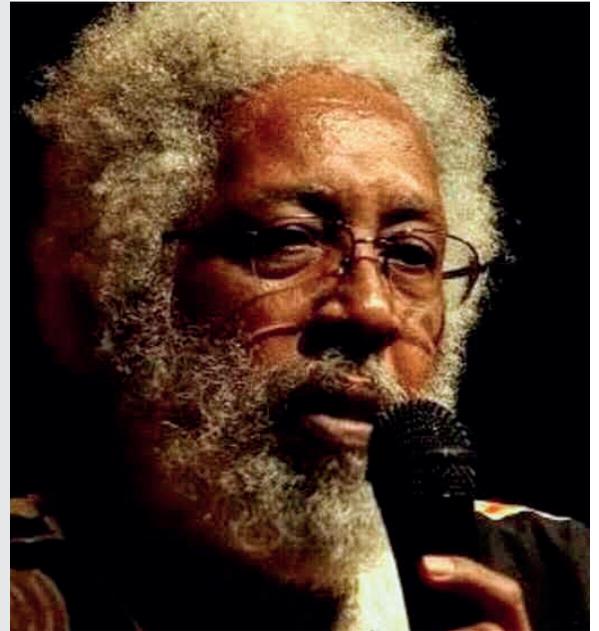


FOTO: ARQUIVO PESSOAL

na verdade, apesar de ela insistir. A minha área era estudar. Eu lia muito. Ela não era mole não, ela sentava o couro. Ela tinha uma régua. Depois da terceira reguada que você tomava, ela não te pegava mais, porque você já tinha estudado. Na Bela Vista eu ia na igreja da Achiropita, a gente brincava lá, jogava pingue-pongue. Umas coisas que a gente ia aprendendo é que as meninas brancas nunca queriam saber dos



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

neguinhos, e você já vai percebendo que há diferenças. Comecei a trabalhar bem cedo, ainda criança, entendeu? Eu fugia e ia pro campo do Éden¹ jogar bola, ficava no meio dos malandros. Tinha de tudo: malandro, trabalhador. Quando a gente terminava o jogo, nós os moleques íamos pro canto do campo, contar vantagens. Mas os mais velhos iam pro meio do mato ficar experimentando revólver, essas coisas, porque depois eles iam à luta. Muito tempo depois eu percebi que eles nos protegiam, ninguém mexia conosco, eles eram muito respeitados. A cabeça daquele tempo era muito diferente. Com eles, nós estávamos muito segu-

ros. Você vai percebendo as diferenças: quem te defende, quem te ataca. No bairro da Bela Vista, a polícia zoava a gente pra caramba.

O que era essa malandragem que você conheceu lá, futebol, sinuca?

Tinha de tudo. Ladrão, traficante. E lógico, tinha muita gente que não tinha nada a ver com nada disso. Mas sempre fomos tratados com racismo, com violência, a polícia vinha com tudo. A gente vai percebendo as diferenças. Teve um tempo que eu saí da escola, mas depois eu voltei, fiz madureza, estudava muito e, em 1973, entrei na Universidade de São Paulo, em Economia. A

partir daí passei a ter ação política mais aprofundada.

Madureza era um curso equivalente ao supletivo. Então você estava alguns anos atrás em relação à sua idade e correu atrás. O que te fez querer entrar na faculdade?

Como eu tive uma professora, num ambiente intelectualizado, eu lia muito, ia assistir a muitos filmes importantes, isso vai te construindo por dentro. Quando eu entrei na Economia, eu percebi que aquilo estava subordinado ao capital, por isso não continuei. Embora tivesse tido intervenções importantes no movimento estudantil, foi no movimento social que eu investi. Trabalhei no Metrô, fui demitido duas vezes por ter feito intervenções na defesa dos trabalhadores e negros e tal. Você, enfrentando, vai aprendendo, vai se informando. Houve um período em que a gente tinha contato com o “Clarim d’Alvorada” da Frente Negra Brasileira², o José Correia Leite, Jayme de Aguiar, Henrique Cunha. Houve uma época em que

nós tínhamos discussões sistemáticas com o Florestan Fernandes. Por exemplo: aquele livro *A Incorporação do Negro na Sociedade de Classes*, é um livro importante e tal, mas ainda era o ponto de vista de um branco sobre o negro. A partir dessas discussões que a gente fez com o Florestan, ele mudou o rumo da obra dele e começou a fazer uns livros muito mais fortes, profundos, revolucionários mesmo. Entendeu? Tinha um sociólogo chamado Eduardo Oliveira e Oliveira, negro, gay assumido, era outra figura importante com quem tivemos contato. Tivemos contato com pessoas importantes, como a Thereza Santos, teatróloga, que fez a peça *E Agora... Falamos Nós*, que discutia a questão do negro, escrita pelo Oliveira e Oliveira. Figuras fundamentais que foram dando base pra gente. Fomos participar do Cecan, o Centro de Cultura e Arte Negra. Participamos da Vai-Vai, onde eu fui coordenador da Ala do Cala a Boca, onde trabalhávamos as questões culturais, da

África, um trabalho de conscientização.

Suponho que, quando você entrou na USP, havia poucos negros lá.

Quando eu entrei na USP aconteceu uma coisa engraçada. Quando fui fazer a inscrição, vieram uns playboys pra cima de mim querendo fazer aquela treta do calouro³, e eu dei uma de humilde e disse que tinha ido lá pra fazer a inscrição pro filho do patrão. Eles me deixaram ir embora. Depois eu fiz uma procuração e minha tia me inscreveu. No primeiro dia de aula, eu chego, tinha aquele monte de careca e eu ali com aquele cabelo black. Aí eu disse: 'Se vier com graça eu vou dar porrada'. Não mexeram mais comigo. Depois eu comecei a participar do movimento. Um dia o pessoal da reitoria apreendeu o material que os estudantes usavam pra gravar, fazer o jornal. Aí eu estimulei o pessoal pra gente ir lá e pegar de volta. Chegando lá havia uns dois ou três seguranças, que quando viram que a gente vinha com

tudo, se avoaram. E a gente pegou o material de volta. O mimeógrafo, que a gente usava pra fazer o jornal *Árvore das Palavras*. A gente distribuía no Mappin, na Liberdade, nos bailes negros, na escola de samba, de 1974 a 1976.

Você ainda tem exemplares guardados do jornal?

Tenho alguns, depois eu preciso fuçar. Depois tivemos ligação com a Liga Operária, de linha trotskista, depois com o pessoal de O Trabalho, tomamos a direção do centro acadêmico da faculdade, entendeu? Tivemos uma presença rápida lá na USP, mas foi ativa. Mas a prioridade pra mim foi fazer o trabalho nas escolas de samba, nas favelas, e não ficar dentro da universidade. E fui bem sucedido, hoje eu avalio que sim.

Esse trabalho que você fazia junto aos bailes, às favelas, era um trabalho de risco, porque o poder naquela época considerava ilegal, clandestino, subversivo. É isso mesmo?

Com certeza. Uma vez na Vai-Vai eu arrumei uma namorada, e aí a gente foi para o hotel. Chegando lá ela queria cocaína, e eu não tinha. Aí esfriou, acabou. Uma outra vez em Curitiba veio uma loira alta pra cima de mim, fazendo a maior onda comigo, e aí ela queria maconha. Ela pulou fora, porque ela sabia que eu não ia arrumar nada. Depois caiu a ficha: era armação, os caras não queriam nos pegar fazendo política, mas como traficantes. Aquilo era armação.

Como a tua família, a tua mãe, receberam a notícia de que você ia largar a faculdade para se dedicar à militância política? Como foi a reação?

Ela não recebeu essa notícia, ela não sabia, não acompanhava. Minha mãe era uma nega véia, empregada doméstica, trabalhava em casas de classe média, ela não acompanhava esse meu dia a dia.

E a chegada ao Metrô?

Trabalhei no Metrô de

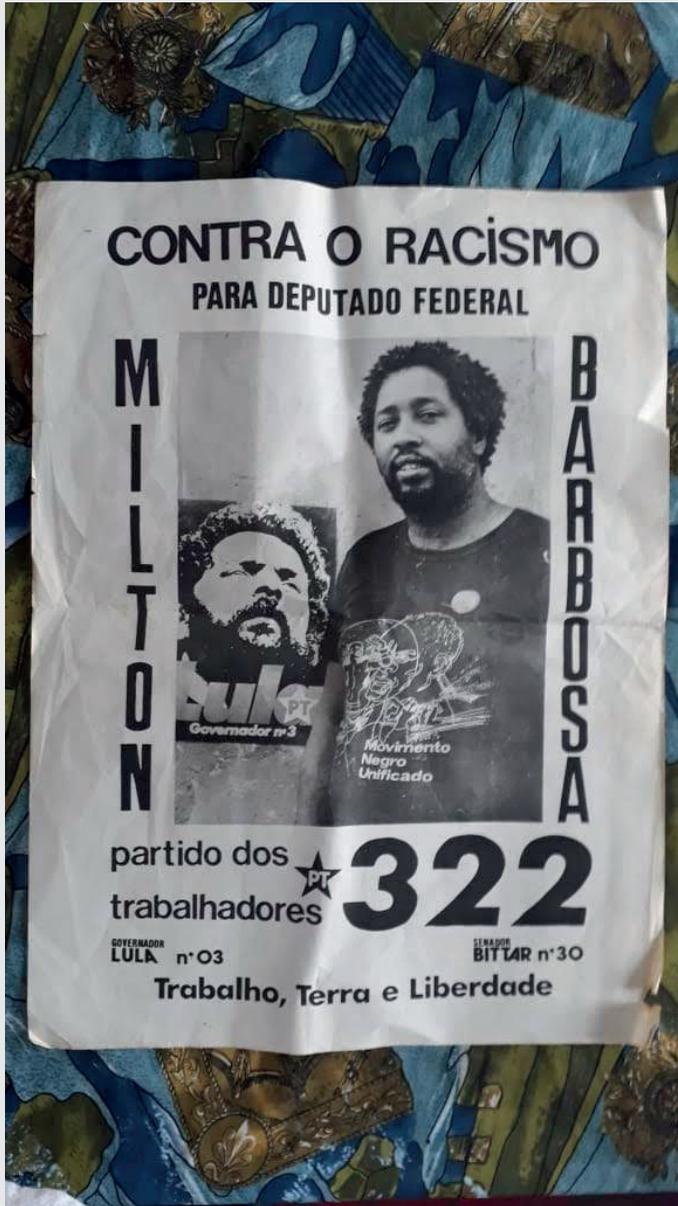
1974 a 1978. Fui demitido, e aí mudou o governo, com o Franco Montoro, e eu voltei. Fui demitido na primeira vez pelo Maluf, voltei no governo Montoro e fui demitido mais uma vez, no governo Quéricia. A primeira comissão de trabalhadores negros que nós criamos foi lá no Sindicato dos Metroviários, que na época era uma associação. O Valter Silvério⁴ começou comigo lá. Valeu o trampo. Tem vários quadros que se desenvolvem na luta.

O seu trabalho político já estava em pleno desenvolvimento quando surgiu a ideia de criar o Movimento Negro Unificado. Como foi isso?

Era necessário um movimento que unificasse. Então criamos o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial. Houve o caso do Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, que foi preso e torturado no 14º distrito de Guaianazes, pela acusação de ter roubado frutas na

feira. Isso nos deixou revoltados. Houve o caso de quatro garotos que faziam parte de um time juvenil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e que foram proibidos de entrar na piscina. O técnico do time ficou revoltado e levou essa questão para o Rafael Pinto, que fazia parte do Grupo Negro Socialista, uma garotada. O Robson Silveira da Luz era filho do Rafael Pinto, inclusive. Eles levaram o assunto para o Centro de Cultura e Arte Negra pra gente discutir. No dia 18 de junho nós criamos o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. E lançamos publicamente no dia 7 de julho, nas escadarias do Teatro Municipal. Quando estávamos preparando o ato, foi morto o operário Nilton Lourenço, no bairro da Lapa. Estes foram os motivos que nos levaram a fazer o ato público e a criar o movimento. Depois foi introduzida a palavra negro no nome do movimento, foi uma sugestão

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



do Abdias do Nascimento, aí ficou Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, e aí com o tempo ficou só MNU, porque era longo demais.

Aquele ato em 1978, nas escadarias do Municipal, atraiu muito a mídia.

Por que você avalia que os jornais, ainda sob censura, decidiram dar guarida para a pauta do movimento negro?

É mais ou menos o que está acontecendo agora com esse Bolsonaro aí. Eles investiram no Bolsonaro e agora querem

pegar ele. A mesma coisa foi a ditadura naquele período. Eles investiram para derrotar as forças de esquerda, mas então naquele período eles estavam a fim de derrotar a ditadura militar. Então nós articulamos. Tinha uma menina judia, a Mirna Grzich, que militava com a gente, uma figura incrível, ela mobilizou toda imprensa brasileira e internacional.

O que mais te marcou naquele ato?

Nós fizemos um documento que mostrava qual era a base da nossa luta. Foi feita a leitura daquele documento e intervenções importantes. Depois fizemos outras grandes manifestações. Aquele 7 de julho foi um marco, dava um norte para a luta, e mexeu com o país, com as Américas, mexeu com o mundo. Estabeleceu alianças do negro brasileiro com o mundo. Articulamos muito para que as forças progressistas no Brasil tomassem consciência do que tinha que ser feito. Mas infelizmente o racismo introje-

tado atrapalhou. Se não, a esquerda teria avançado muito mais e nós teríamos construído o socialismo no Brasil. Hoje eles estão tomando consciência que esse tema do combate ao racismo é de fundamental importância. Para se construir um mundo novo, a esquerda tem de tomar consciência de que se deve reparação histórica aos negros, aos indígenas, a todos os povos oprimidos do mundo.

Você diz que começa a acontecer uma tomada de consciência por parte da esquerda. Você está otimista, tem esperança?

Com certeza vai avançar. Até porque nós fizemos todo um trabalho com a juventude negra. Hoje

temos quadros incríveis aí. E temos também a população não-negra que avançou. Contamos com esse avanço e isso com certeza vai dar norte para o país e para o mundo. O papel da direita é nos provocar, retirar direitos. E ela precisa ser enfrentada. Com certeza, com a situação que o país está vivendo hoje, vamos avançar, entrar em outro nível. Nós vamos viver um momento rico de transformação. Temos de ficar atentos, temos de derrotá-los e construir um caminho de dignidade, com todas as pessoas, independente de raça. Temos de considerar as diferenças e saber que elas são usadas para nos explorar a todos. ■

Hoje temos quadros incríveis aí. E temos também a população não-negra que avançou. Contamos com esse avanço e isso com certeza vai dar norte para o país e para o mundo. O papel da direita é nos provocar, retirar direitos. E ela precisa ser enfrentada.

Com certeza, com a situação que o país está vivendo hoje, vamos avançar, entrar em outro nível.

1. O campo do Éden estava localizado na várzea mais ou menos onde hoje está o Viaduto Jaceguai, entre as ruas Liberdade, hoje avenida, e a Conde de São Joaquim, na capital paulista.
2. Em 06 de janeiro de 1924 circulava pela primeira vez o que viria a ser um dos mais importantes periódicos da imprensa negra paulistana: O Clarim d'Alvorada. Fundado pelos jovens militantes Jayme de Aguiar e Jose Correia Leite o jornal era editado na cidade de São Paulo e circulava várias cidades do Brasil.
3. Até os anos 1990, aproximadamente, havia a prática do trote, quando alunos veteranos recepcionavam os calouros com práticas violentas, como cortar o cabelo à força.
4. Sociólogo e escritor negro.

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, nossa agenda será destinada à divulgação de programações online:

Programa Reconexão Periferias na tvPT

Toda terça-feira, às 19h (horário de Brasília).

tvPT - programas sobre coronacrise, economia, política e muito mais

De segunda a sexta-feira, às 11h e às 19h (horário de Brasília).

Espectáculo de Dança Tecendo Diálogos - Coletivo As Caracutás

Dias 17/12, 18/12, 19/12 e 20/12 às 19:30 na página <https://www.facebook.com/ascaracutas>

Live da Feira das Manas de Palmas

no instagram @feiradasmanaspmw
Toda quinta-feira, às 20h

Rádio Comunitária "A Voz das Comunidades" 87,9FM

na página do Facebook e no aplicativo <https://www.facebook.com/radiocomunitariaavozdascomunidades87.9fm>. Programações diárias das 6h às 20h (horário de Manaus).

Programa Camisa de Força

temas do cotidiano pontuando sempre o Hip Hop e a diversidade cultural, no instagram @gangster976. Diariamente.

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação <https://www.mulheresnacomunicacao.com/>
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h

Rádio Mulheres na Comunicação:

www.mulheresnacomunicacao.com/

Live Ativa - Arte e Educação

no perfil <https://www.facebook.com/ativacaoculturalescolas/>
Toda quarta-feira, às 15h.

Podcast Rede Mães de Luta

no canal do [YouTube](#) e no Spotify.
Programações quinzenais.

(Programa Pautas Sociais: Rota Sul - SESC) Aquilombamento Feminino com Coletivo Quilombelas (RS)

[Canal do Youtube](#)

Canal Combate pelo Socialismo

com diversos programas semanais, incluindo o "Foco na Perifa" toda terça-feira no [YouTube](#)

Podcast do Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Canal de podcast que aborda aspectos diversos dos acervos e das pesquisas em curso. Disponível [aqui](#)

Marielle – Quem matou e quem mandou matar? - Clipe Coletivo Tururu. Disponível [aqui](#)

O livro Mulheres Negras Resistem: território, raça/cor e gênero, do

projeto de extensão Unilab "Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras": [acesse aqui](#)

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de projetos gratuitos de consultoria para ONGs 2021	Poli Social é uma associação formada por universitários da Escola Politécnica da USP. Desde 2014, já prestamos serviços de consultoria de gestão para 23 ONGs e, atualmente, selecionamos as organizações que receberão esse serviço por meio de um edital lançado anualmente.	29/01/2021	https://prosas.com.br/editais/8184-edital-de-projetos-gratuitos-de-consultoria-para-ongs-20
Edital Conectar para Transformar 2021	Poderão participar do edital Conectar para Transformar 2021, pessoas jurídicas de direito privado legalmente constituídas com ou sem fins lucrativos (Associações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, entidades sociais, dentre outros, além de empreendedores individuais (MEIs).	30/03/2021	https://editalbasf.prosas.com.br/
Matchfunding Enfrente o Corona	A Fundação Tide Setubal, em parceria com a Benfeitoria, abre inscrições para o Matchfunding Enfrente o Corona, plataforma de financiamento de iniciativas de enfrentamento dos efeitos do Coronavírus nas periferias brasileiras.	Contínuo	https://capta.org.br/opportunidades/fundacao-tide-setubal/
Ações comunitárias no contexto da pandemia da COVID-19	O Fundo Baobá apoiará organizações sem fins lucrativos ou pessoas físicas negras comprometidas com a equidade racial e engajadas na promoção de ações para a proteção de pessoas e comunidades no contexto da pandemia da COVID-19.	Enquanto durar a pandemia	https://capta.org.br/opportunidades/fundo-baoba/

<p>Fondo de Acción Urgente</p>	<p>Os Apoios de Resposta Rápida – ARRs é um modelo único de financiamento flexível e de curto prazo criado pelos Fundos de Ação Urgente, para apoiar de maneira estratégica ações que: protegem a diversidade de ativistas e suas organizações, quando elas estão em risco ou ameaçadas por seu trabalho na defesa dos Direitos Humanos e do território e da natureza; ou que atuem pela defesa e promoção dos direitos das mulheres e das pessoas LBTIQ+, estabelecendo precedentes legais, influenciando políticas e/ou promover mudanças nas práticas sociais ou culturais.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://fondoaccionurgente.org.co/es/que-hacemos/apoyos-de-respuesta-rapida/</p>
<p>Toledo Community Foundation</p>	<p>Toledo Community Foundation é uma fundação comunitária que busca soluções sustentáveis e economicamente viáveis para a geração de energia renovável. Atuando no Centro-Leste dos Estados Unidos, a fundação tem um processo contínuo de seleção de projetos comunitários em todo o mundo que causem impactos sociais positivos e dialoguem com seus princípios: educação “verde”, acesso à energia limpa e à água e desenvolvimento de tecnologias inovadoras e sustentáveis.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://capta.org.br/oportunidades/toledo-community-foundation/</p>

OPORTUNIDADES

Global Resilience Fund for Girls and Young Women	Foi lançado o Fundo Global de Resiliência para Meninas e Mulheres Jovens, para apoiar grupos ativistas neste momento crítico! O fundo apoiará ativistas – incluindo jovens trans, agênero e intersexuais – com doações de resposta rápida flexíveis de até US \$ 5.000.	Enquanto durar a pandemia de COVID-19	https://capta.org.br/opportunidades/global-resilience-fund-for-girls-and-young-women/
Edital Statkraft Brasil	Dentre as leis previstas para apoio por parte da empresa está FIA – Fundo para Infância e Adolescência, Fundo do Idoso, Lei Federal do Esporte, Lei Rouanet, PRONAS/PCD e PRONON, conforme divulgação da empresa. As iniciativas devem ser promovidas em cidades determinadas na página acessada pela ABCR, em oito Estados da federação.	Inscrições contínuas	https://captadores.org.br/2020/11/03/statkraft-brasil-apoia-projetos-aprovados-em-leis-de-incentivo-fiscal/



Midria é paulistana da Zona Leste, poeta, estudante de Ciências Sociais na USP, slammaster do Slam USPerifa e filha do coletivo Sarau do Vale. Atuando em slams desde 2018, no mesmo ano viralizou com sua participação no programa Manos & Minas, recitando a poesia "A Menina que Nasceu sem Cor". Também em 2018 representou o ZAP! Slam no Slam SP e em 2019 o Slam das Minas - SP. Foi uma das 16 poetas negras de todo Brasil convidadas para o FLUP Slam Nacional 2019 e em 2020 lança seu primeiro livro de poesias "A Menina que Nasceu sem Cor", além de uma adaptação infantil de mesmo nome.



Redes sociais:
www.facebook.com/iamidria
www.instagram.com/iamidria
www.youtube.com/c/Midria

Onde comprar o livro:
www.midria.com.br